



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Umbigos enterrados e as memórias da Lagoa: explorando ontologia de território entre a população da Comunidade Quilombola Aldeia ? SC

Autoria: Nathália Dothling Reis (Herkenhoff & Prates)

Durante minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social, tive a oportunidade de conhecer, através do work de campo, duas comunidades quilombolas em Santa Catarina. O tema central da pesquisa era investigar sobre as lideranças de mulheres nessas comunidades, mas outras questões, como o território, apareciam recorrentemente nas narrativas e práticas sociais locais. Na dissertação, acabei não trabalhando tão a fundo essa temática. No entanto, passados mais de um ano da defesa, comecei a revisitar os diários de campo e encarar as narrativas sobre território de outra maneira. Aqui, pretendo falar apenas de uma das comunidades com as quais trabalhei, a Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia, localizada em Imbituba, litoral de Santa Catarina, onde muitas narrativas e cenas etnográficas me chamaram a atenção para a concepção local de território. Sabemos que as populações das diversas comunidades indígenas e quilombolas enfrentam muitas dificuldades e são perseguidas desde o momento de invasão das terras hoje chamadas brasileiras. Com o governo atual de Jair Bolsonaro, essas populações estão sendo ainda mais perseguidas e tendo seus direitos fundamentais ameaçados. Essas ações do atual governo não são mera casualidade, pois têm a ver com um projeto que atende ao interesse do capital global nessas terras



posicionando-se no que Arturo Escobar (2015) chamaria de ontologia moderna. De outro lado, temos as populações tradicionais ? dentre as quais inclui-se as comunidades quilombolas ? que expressam uma relação com o território muito distinta, localizando-se no que o autor chamaria de ontologia relacional, já que para esses grupos tudo o que existe no território está relacionado, de forma que nada - humanos ou não-humanos - pré-existem às relações. As lutas pelo território revelam que há um choque entre a concepção do que é a terra para os governos e empresas e o que é o território para os grupos indígenas, afrodescendentes e camponeses. De um lado, temos o interesse do capital global que entende a terra apenas como bem comerciável e de outro, temos as comunidades que lutam não só pelos territórios, mas por outra concepção de desenvolvimento, que envolve uma relação harmônica com a natureza e uma forma distinta de vida social. Dessa maneira ? e para concordar com Escobar (2015) - esses povos antecipam uma luta ontológica contra o projeto de mundo capitalista, liberal e secular e contribuem para uma transição importante para um mundo onde caibam muitos mundos, um pluriverso.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: